



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL**  
**DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS**  
**PROGRAMA ANALÍTICO**

**DISCIPLINA**

**CÓDIGO: TR 167**

**DIREITO DE PETRÓLEO E GÁS**

**CRÉDITOS: 02**  
**(2T-0P)**

**Cada Crédito corresponde à 15h/ aula**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS**  
**CURSO DE DIREITO**

**OBJETIVOS DA DISCIPLINA:**

**Gerais:** Apresentar ao aluno as noções e conceitos que envolvem a indústria e comércio do petróleo e do gás e suas decorrências jurídicas.

**Específicos:** Fazer com que o aluno, com base nas informações fornecidas em aula e, sobretudo, conhecendo a importância da indústria e comércio do petróleo e gás para a economia nacional, possa refletir criticamente acerca das várias consequências jurídicas e chegar a soluções mais apropriadas para os inúmeros problemas que se apresentam nessa matéria.

**EMENTA:**

- I. Introdução. Indústria do petróleo no mundo e no Brasil: Noções básicas.
- II. Direito do petróleo e gás e sua interdisciplinariedade.
- III. O marco regulatório brasileiro e ANP.
- IV. Meio-ambiente, riscos e sua proteção.
- V. Direito Internacional e indústria do petróleo e gás. Grandes arbitragens.
- VI. Contratos em geral e Contratos internacionais.
- VII. Responsabilidade civil por danos.
- VIII. Outros pontos relevantes.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**Unidade I** - Introdução. Macro-cenários. A indústria do petróleo no Brasil. Noções de geologia do petróleo. Origem e acumulação do petróleo. Exploração petrolífera. Noções de perfuração, avaliação de formações, completação de poços, avaliação e desenvolvimento de campos, comportamento de reservatórios, levantamento artificial e facilidades de produção. Introdução ao *downstream*. A propriedade dos recursos petrolíferos – tratamento legal no Brasil e no exterior.

**Unidade II** - O Direito do Petróleo e a interdisciplinariedade com os demais ramos do Direito.

**Unidade III** - Legislação nacional: a Lei do Petróleo. O marco regulatório no Brasil – a Agência Nacional do Petróleo e o Conselho Nacional de Política Energética.

**Unidade IV** - Principais danos causados ao meio-ambiente pelas atividades da indústria do petróleo. Proteção jurídica do meio-ambiente contra os danos da indústria petrolífera. Instrumentos jurídicos internacionais: Convenção da ONU sobre Responsabilidade Civil em Danos por Poluição por Óleo, firmada em Bruxelas em 1969; Convenção Internacional sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, firmada em Londres em 1972; Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (MARPOL), firmada em Londres em 1973.

**Unidade V** - Casos práticos no âmbito do Direito Internacional: jurisprudência dos tribunais

norte-americanos. Os precedentes internacionais. O papel da ONU e dos organismos internacionais. As grandes arbitragens. O petróleo e a guerra. Cooperação internacional e petróleo. Direito do Mar. Desenvolvimento compartilhado de reservatórios petrolíferos. Análise dos Tratados relevantes. Casos sobre direito do petróleo decididos pela jurisdição estatal. Casos envolvendo petróleo: direito privado e nacionalizações. Arbitragem e unitilização.

**Unidade VI** - A evolução da contratação petrolífera – as modalidades de contratos de exploração e produção de petróleo. Os consórcios da exploração e produção (*upstream*)., governança corporativa O contrato de concessão. A licitação de blocos exploratórios. A transferência de contrato de concessão. Contrato de fornecimento de combustíveis. Posto de gasolina. Marca. Direito de Concorrência. Concessão Comercial. Transporte de derivados de petróleo. Controle judicial dos contratos de consumo de derivados de petróleo. Inexecução contratual pelo fornecedor. Desconsideração da personalidade jurídica. Relevância do petróleo no comércio internacional. Contratos internacionais. *Joint ventures*. Formas alternativas de financiamento. Novos negócios na área do petróleo. Posto de gasolina. Marca. Direito de Concorrência. Concessão Comercial. Transporte de derivados de petróleo. Controle judicial dos contratos de consumo de derivados de petróleo. Inexecução contratual pelo fornecedor

**Unidade VII** - Responsabilidade Civil no CDC. Campo de incidência do Código no direito do petróleo. A responsabilidade civil na atividade de exploração e produção. As participações governamentais e de Terceiro.

**Unidade VIII** - Outros pontos relevantes.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

LOWE, John S. & SMITH, Ernest E ET alli. *Cases and Materials on Oil and Gás Law*. Saint Paul – Minnessota: West Publishing, 1998.

LOWE, John S. *Oil and Gás Law in a Nutshell*. Saint Paul – Minnessota: West Publishing, 1995.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. *As Joint Ventures na Indústria do Petróleo*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

SMITH, Ernest E. & DZIENKOWSKI, John S. & LOWE, John S. *et alli. International Petroleum Transactions*. 2. ed. Denver : *Rocky Mountain Mineral Law Foudation*, 2000.

SMITH, Ernest. E & LANG, Jacqueline. *Texas Law of Oil and Gás*. Lexis Law, 1989.

TAVERNE, Bernard G. *Petroleum Industry and Governements: an Introduction to Petroleum Regulation Economics*. Kluwer Law, 2000.

VALOIS, Paulo. *A Evolução do Monopólio Estatal do Petróleo*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2000.

ROSADO, Marilda. *Estudos e Pareceres direito do Petróleo e Gás*. Rio de Janeiro. Renovar, 2005.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Decreto n. 79.437/77 e Decreto n. 83.540/79- Convenção sobre responsabilidade civil em danos causados por poluição por óleo.

Decreto n. 87.566/82 – Convenção sobre prevenção da poluição marinha por alijamento de resíduos e outras matérias.

Decreto n. 2.508/98 – Convenção para a prevenção da poluição causada por navios (MARPOL).

Lei

n. 9.478/97 – Lei do Petróleo.